

## FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA BAIXADA FLUMINENSE - RJ (BRASIL): IDENTIDADE CAMPONESA E INCLUSÃO SOCIAL

**Edilene PORTILHO**

[eu.portilho@gmail.com](mailto:eu.portilho@gmail.com)

**Leticia Ribeiro Pinto dos SANTOS**

[leticia\\_ribeiro-pinto@yahoo.com.br](mailto:leticia_ribeiro-pinto@yahoo.com.br)

**Livea Cristina Rodrigues BILHEIRO**

[liveabilheiro@hotmail.com](mailto:liveabilheiro@hotmail.com)

**Gabriel Alves Botelho de MELO**

[gabirrrural@gmail.com](mailto:gabirrrural@gmail.com)

**Stéfane Ketlyn de OLIVEIRA**

[ste\\_koliveira@hotmail.com](mailto:ste_koliveira@hotmail.com)

**Nidia MAJEROWICZ**

[nidiamajero@gmail.com](mailto:nidiamajero@gmail.com)

Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, UFRRJ

**Anelise DIAS**

Instituto de Agronomia, UFRRJ

[anelise.dias@gmail.com](mailto:anelise.dias@gmail.com)

### Resumo

O trabalho tem a finalidade de perceber como acontece a inclusão social de agricultores e agricultoras familiares, no decorrer das ações desenvolvidas pelo “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada aportou-se em análises de registros visuais (fotografia) e de documentos produzidos pelas atividades do referido programa. Constatou-se que a inclusão social das famílias agricultoras é consequência das ações de assistência técnica e de extensão rural, quando elas geram os processos educativos para a produção orgânica e agroecológica, quando promovem acompanhamento produtivo das propriedades e auxiliam no funcionamento dos circuitos curtos de comercialização; sendo que estas ações são integradas e permanentemente avaliadas por um corpo de atores multi e transdisciplinar.

**Palavras chave:** inclusão social, geração de renda, produção orgânica, agroecologia.

### Abstract

The aim of this study is to understand how social inclusion of family farmers occurs through the actions developed by the Family Agriculture Strengthening Program at Baixada Fluminense, in the state of Rio de Janeiro. The methodology used was based on analyzes of visual records (photography) and documents produced by the activities of this program. It was verified that the social inclusion of the agricultural families is a consequence of the technical assistance and rural extension actions, as they generate educational processes for the organic production and agroecology, promote productive monitoring of the properties, as well as the operation of the short commercialization circuits. These actions are integrated and permanently evaluated by a body of multi and transdisciplinary agents.

**keywords:** social inclusion, income generation, organic production, agroecology.

## 1. Introdução

Este trabalho busca perceber como acontece a inclusão social de agricultores e agricultoras familiares, por meio das ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. O programa: “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro” executado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), está desenvolvendo um conjunto de ações baseadas na política de segurança alimentar e nutricional, a fim de gerar espaços de integração social. Busca-se valorizar os atores sociais envolvidos no processo produção/consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar local. São objetivos deste trabalho:

- observar e descrever as formas de interação, estabelecidas entre agricultores e sociedade, no âmbito do programa;
- identificar o processo de inclusão nas práticas produtivas e pedagógicas desenvolvidas nos espaços institucionais e nos das famílias agricultoras;
- exercitar o modelo metodológico *fotografia de campo*, que permite a observação de diferentes atores presentes nas diversas atividades.

Sobre a metodologia adotada, partiu-se do estudo dos registos das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa (RIOS *et al.*, 2016, 105), por meio da:

- 1) estudo dos relatórios dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- 2) estudo das fotografias utilizadas como dado e instrumento analítico de pesquisa.

Procedeu-se da seguinte forma no tratamento dos dados visuais:

- obtenção das imagens em seus meios como: feiras, propriedades rurais, instituições, etc.;
- controle da coleta de dados: busca espontânea de sujeitos aos ângulos fotográficos e reais condições de obtenção de luz, valorização da espontaneidade dos objetos, das pessoas ou das situações, sem preocupação com planejamento da fotografia;
- seleção de imagens, com a inclusão ou a exclusão de fatos ou personagens e a geração de um arquivo fotográfico;
- análise de conteúdo das imagens em associação com a observação participativa.

## 2. Agricultura familiar: uma atualização da identidade camponesa na Baixada Fluminense – RJ (BRASIL)

De acordo com CASTELLS (2003, 2), identidade é a fonte de significado e de experiência de um povo. A identidade camponesa na Baixada Fluminense se retrata pela história de resistência e luta quanto ao acesso e permanência no campo, processo visto desde o início dos conflitos pela ocupação da região. Porém, atualmente, ela se constroi sob grandes desafios de natureza política, cultural e económica, que estão intimamente relacionados com a história da região.

A ocupação da Baixada Fluminense data do primeiro século da colonização portuguesa no Brasil, quando integrada “ao Mundo Português na fase inicial do desenvolvimento açucareiro na franja costeira atlântica” (GEIGER e SANTOS, 1954, 3). Se antigamente as cidades surgiam nas margens dos rios e o transporte dos produtos era feito pelas vias hídricas, hoje esses rios estão em sua maioria contaminados e as cidades integradas por meio das vias rodoviárias.

Afirmam GEIGER e SANTOS (1954), que no decorrer do século XX, a agricultura foi incapaz de acompanhar o desenvolvimento industrial acelerado, pois a “industrialização, urbanização e modernização de transportes estão muito ligados e a sua evolução se caracteriza pela tendência à concentração, mais nitidamente do que na agricultura” (GEIGER e SANTOS, 1954, 297). Desta forma, o processo de urbanização elegeu o loteamento como atividade mais lucrativa, desmembrando as áreas rurais da Baixada Fluminense, enquanto que “o aproveitamento produtivo com fins agrícolas foi sacrificado em prol dos loteamentos urbanos e da especulação” (MENEZES, 1991, 91).

É importante destacar que a ocupação e o processo de urbanização da Baixada Fluminense nos últimos séculos tem relação direta com o crescimento da cidade do Rio de Janeiro dirigido seu desenvolvimento a partir das necessidades desta metrópole (MENEZES, 1991). Houve diversas ações governamentais “configurando a ideia muito difundida de que essas políticas de saneamento e colonização eram a solução para a decadência advinda desde a abolição da escravidão” (SILVA, 2012, 06).

A Baixada Fluminense possui um limite geográfico que corresponde à região de planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, desde o município de Campos, no extremo norte, até ao de Itaguaí, sendo pois a delimitação geográfica recorrente que vai de Cachoeira de Macacu a Itaguaí (ALVES, 2003). Neste território, atualmente, as relações “campo-cidade” não se fazem pela harmonia mas sim por muitos conflitos, que envolvem disputas pelas terras, pelos recursos naturais, pelas vias de acesso, entre outros.

Os atores sociais que participam neste contexto (conflituoso) são mineradores, especuladores de terrenos urbanos e periurbanos, traficantes de drogas, milicianos (grupos que controlam o território a partir da violência, explorando serviços) e as históricas famílias camponesas que se mantêm na prática agrícola, mesmo num território amplamente disputado.

Nestas famílias há a ocorrência dos microempresários rurais ou periurbanos que têm na agricultura sua base de sustentação socioeconômica, e ainda, as famílias que vivem estritamente do trabalho na agricultura e aquelas que compartilham o trabalho urbano com outro tipo de trabalho executado no campo. No geral, as populações do campo e da cidade estão expostas à violência de grupos como traficantes, milicianos e assaltantes.

Esse breve histórico revela que o processo de transformação da identidade camponesa vem, de longa data, sofrendo graves golpes. E, diante da crise política, social e econômica que o estado do Rio de Janeiro vem sofrendo nos últimos anos, aumenta a urgência da criação de novas formas de inclusão social que atinjam positivamente as populações mais empobrecidas e excluídas. Outro passo importante é a necessidade de realizar ações de segurança alimentar num território tão

afetado pela falta de políticas de combate à pobreza, uma dimensão da segurança social que reflete se na saúde pública.

Viram-se na região, principalmente nas últimas três décadas, aumentos significativos da concentração das terras e dos empreendimentos de grande escala. Desde o passado ainda sobrevivem as elites agrárias do estado que no passado tinham na Baixada Fluminense seus projetos. Atualmente estão sendo suprimidas agressivamente os lotes rurais destinados para reforma agrária. Este cenário acaba reconfigurando toda a região com a restrição de áreas agricultáveis para dar lugar aos diversos empreendimentos relacionados à comercialização e transporte de produtos.

Hoje, a região da Baixada é composta por áreas urbanas e rurais com limites muito estreitos. A população está disposta, na sua maioria, na região metropolitana do Rio de Janeiro em cidades dormitórios, ou seja, localidades as quais vivem os trabalhadores. Durante o dia, estes trabalhadores estão nos grandes centros urbanos e no final do dia retornam para suas casas. A outra parte da população corresponde de famílias camponesas que viveram este período estabelecendo um processo de luta e de resistência, buscando o acesso ou a sua permanência na terra a partir da cultura e do trabalho agrícola.

Na região metropolitana, o transporte destes trabalhadores é realizado em primeiro lugar por ônibus e, em segundo lugar por trem. Nas áreas rurais raramente há serviços de transporte coletivo, o que torna muito difícil o acesso às cidades daquelas pessoas que não têm transporte próprio.

Este cenário de acentuada segregação entre espaço *urbanizado* - que conta com serviços e saneamento básico - e o *ruralizado* - que não apresenta ruas pavimentadas nem coleta de lixo, facto comum nas periferias dos municípios da Baixada Fluminense, estruturou-se com o apoio de políticas setoriais, principalmente urbanistas e industriais. Uma análise da história da Baixada leva dizer que a ausência de investimentos em políticas que atendessem as peculiaridades do campo.

Com esta história de esvaziamento de investimentos públicos no campo, construiu-se o retrato de uma agricultura familiar precária que sobrevive teimosamente dos rendimentos obtidos dos altos e baixos da economia do estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, a Baixada Fluminense revela-se como a região com maior índice de pobreza e violência. Aqui, os crimes contra as populações negras e pobres são crescentes, sendo os jovens a maior parte das vítimas. A situação de precariedade também é vivida pelas populações quanto a moradia, educação, saúde, alimentação, etc.

É notável, portanto, que o discurso do desenvolvimento social a partir da indústria e do comércio faliu, assim como definiu a promessa de que as cidades iriam oferecer estruturas de apoio suficientes para toda a população. Apesar dos embates estabelecidos pelos grupos econômica e politicamente mais fortes, como os empresários e as milícias, ainda sobrevivem os atores da agricultura camponesa, desgastados e socialmente invisibilizados.

Estas famílias agricultoras, em geral, trabalham no campo e na cidade e vivem de baixas remunerações e, principalmente, daquilo que produzem em suas terras. Os produtos típicos são: aipim, banana, abóbora, milho, hortaliças e pequenos animais. Há entre essas famílias aquelas que

conseguem fazer o processamento dos seus produtos a fim de agregar valor e aumentar o tempo de vida útil, como é o caso de doces, compotas, frutas desidratadas ou bolos, entre outros.

Desde 2015, o programa de extensão universitária intitulado “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro”, executado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), está desenvolvendo um conjunto de ações baseadas na política de segurança alimentar e nutricional. Estas ações têm as finalidades de gerar espaços de integração social e de valorizar os atores sociais envolvidos no processo produção/consumo de alimentos oriundos da agricultura familiar local.

Segundo JACQUES (1998, 150), a dificuldade em estabelecer a identidade deve-se à variedade e sentido com que o termo é utilizado popularmente, tornando-o “sujeito a inúmeras variações”, uma vez que a temática pode ser classificada “como identidade pessoal (atributos específicos do indivíduo) e/ou identidade social (atributos que assinalam a pertença a um grupo ou categoria)”.

Percebe-se uma relação com a individualidade do sujeito mas também com o segmento social ao qual esse sujeito tem seu pertencimento (SOUSA, 2005). Neste sentido, a identidade camponesa na Baixada Fluminense se produz num contexto de permanentes mudanças, uma vez que, no mundo contemporâneo, ocorre o funcionamento de novas dinâmicas que se situam entre o rural e o urbano. Considera-se que os próprios atores podem construir e, por sua vez, definir essa identidade, dado que esta é um construto de memórias, afetividades, valores e perspectivas próprias de um segmento social.

No tocante à questão do estudo de identidade, utilizou-se o aporte teórico de Manuel Castells (2003):

“No que diz respeito aos atores sociais, entendo por identidade o processo de construção do significado com base no atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras formas de significado. Para um dado indivíduo ou ainda um actor coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. Isto porque é necessário estabelecer a diferença entre a identidade e o que os sociólogos têm denominado papel, e conjunto de papéis. Esses papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas organizações e instituições. As identidades, por sua vez, constituem fonte de significado para os próprios actores, por eles originadas, e construídas através de um processo de individualização.” (CASTELLS, 2003, 2-3)

Neste cenário de permanente reconstrução da identidade camponesa na Baixada Fluminense é importante destacar a importância das instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão voltadas ao meio rural. Dentre elas se destacam a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Agrobiologia, a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (Pesagro-Rio) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural (Emater). A multiplicidade das ações desenvolvidas por e entre estas instituições, exige adaptação ao contexto de grandes adversidades sociais e económicas geradas por uma história específica da região.

Subjacente a tudo isso, existe, portanto, um esforço mais profundo de redefinição da identidade camponesa na Baixada, dentro de uma lógica inclusiva, com a participação das instituições governamentais, o que requer a análise do papel das instituições e das reflexões sobre a qualidade da relação das instituições entre si e com as famílias agricultoras envolvidas.

Um desafio assumido pelo “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro” traduz-se no questionamento: como garantir, nesta condição de precariedade, o cumprimento das ações voltadas para a visibilidade dos agricultores familiares e a valorização da agricultura familiar na região?

### **3. Agroecologia como princípio orientador da agricultura familiar na Baixada Fluminense**

O “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do estado do Rio de Janeiro”, desenvolvido pela UFRRJ em seus Campi (Nova Iguaçu, Três Rios e Seropédica) tem se mostrado como uma alternativa, institucionalizada, de gerar melhorias dos indicadores socioeconómicos no curto, médio e longo prazo, sendo um dos resultados esperados, o aumento da oferta de alimentos orgânicos na sua área de abrangência.

Destacara-se no Programa os princípios da agroecologia, como um enfoque que orienta sistemas agroalimentares mais sustentáveis a partir de uma base epistemológica pluralista e integradora. A ideia central da agroecologia é desenvolver práticas agrícolas alternativas, envolvendo a construção e intercâmbio de conhecimentos, a consolidação de políticas públicas destinadas à agricultura familiar e estimular os canais de venda direta. Outrossim, estimular a educação para o consumo consciente, e ainda para os processos de garantia da qualidade e de visibilidade dos sujeitos.

Agricultura orgânica, agroecológica ou biodinâmica, entre outras, são correntes de agriculturas alternativas que, embora guardem diferenças entre si, materializam a agroecologia na prática. Agroecologia foi um termo adotado na década de 1980 para englobar um conjunto de princípios, práticas e metodologias – um paradigma. O termo ‘orgânico’ foi escolhido para representar no marco legal brasileiro, o conjunto de agriculturas alternativas (Lei 10.831/ 2003).

Orgânico diz respeito a ‘organismo’, e, como tal, é uma totalidade integrada, um conjunto de partes integradas e interdependentes. Este organismo é fechado quanto à sua organização mas aberto ao fluxo de matéria, de energia. Sendo assim, as propriedades das unidades de produção orgânica na perspectiva agroecológica, emergem da integração entre as suas estruturas. Construir essa mentalidade é uma forma de internalização do enfoque sistémico, ou holismo, uma abordagem necessária para desenhar o sistema de produção de forma a promover os serviços ecossistémicos e diminuir a dependência externa de matéria e de energia.

No Brasil, a agroecologia orientou a construção do marco legal para a agricultura orgânica, incorporando além da dimensão ecológica e técnica, a dimensão social articulada aos movimentos e organização sociais. Isso se verifica por princípios como a equidade, a soberania alimentar e a economia solidária:

“ considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso de recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente” (Lei 10.831/ 2003).

Além da certificação por auditoria (3ª parte), a legislação brasileira regulamentou o “Sistema Participativo de Garantia” (SPG) como mecanismo de garantia da qualidade orgânica. A organização social que se destaca em incentivar a prática do SPG é a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Esta entidade credenciada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Criada em 1984, a ABIO é composta de mais de quarenta grupos de SPG no estado do Rio de Janeiro, congregando mais de 600 agricultores orgânicos. É citada como uma iniciativa de grande importância social e ambiental por diversas razões: interliga agricultores familiares entre si e os consumidores, garante a origem dos produtos com a responsabilidade solidária entre os seus membros, melhora a qualidade e a saúde dos alimentos e favorece a conservação dos recursos ambientais (<http://abiorj.org>).

Esta experiência tem apresentado resultados consistentes por considerar a participação efetiva dos agricultores em todos os processos da cadeia produtiva, desde a produção até à comercialização estendendo-se à garantia da qualidade. Esta dinâmica interna facilita a criação de uma metodologia participativa específica e integrada ao manejo agroecológico. Os membros dos grupos de SPG auxiliam-se mutuamente na construção do plano de manejo orgânico, bem como na correção das não conformidades das unidades de produção. É composta também de grupos de comercialização para melhorar o escoamento da produção, principalmente nas feiras orgânicas.

Estas diretrizes apoiaram o desenvolvimento de ações que auxiliaram as agricultoras e agricultores familiares desde o processo de produção de alimentos saudáveis, até à comercialização de seus produtos, em canais de venda direta no espaço universitário. Posteriormente, estas ações se integraram a outras, ampliando o número de beneficiários de diferentes localidades.

### **3.1- Assistência Técnica e Extensão Rural**

Da mesma forma vale ressaltar que todos os integrantes das feiras, no período de um ano, receberam acompanhamento técnico através de cursos e de orientações técnicas que, de alguma forma, contribuíram para o aumento da produtividade pela adoção de práticas conservacionistas e de técnicas de melhoria da qualidade ambiental a serem por eles desenvolvidas nas suas propriedades. Há ainda experiências de agricultoras em projetos de produção, por exemplo: arroz e tomates especiais.

As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural têm como bases principais: promoção de cursos e formação permanente; organização de grupos informais; verificação nas propriedades incluídos no programa; orientação de agricultores quanto aos trâmites necessários para a participação como fornecedores do programa de Aquisição de alimentos. Assistem ainda os agricultores e agricultoras familiares em projetos integrados em favor da produção orgânica, incluindo: projetos de irrigação; planejamento de produção; manejo ecológico do solo e da água bem como de fitoparasitas, etc.

Além destas ações, são realizadas atividades que compreendem os circuitos curtos de comercialização (Feira da Agricultura familiar da UFRRJ e o Programa de Aquisição de Alimentos), a adoção de metodologias participativas e as relações dialógicas e de educação voltadas ao consumo consciente.

### **3.2 - Circuitos curtos de comercialização**

O conceito de circuitos curtos (CC) aponta para uma proximidade geográfica, facilitando a conexão entre produtores e consumidores. De acordo com DAROLT et al (2013, 9), há dois casos de CC que podem ser distinguidos: a venda direta, quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor, e a venda indireta, através de um único intermediário que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação ou uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local. Consiste em forma de criar mercados locais que permita a conexão entre consumidores e produtores e novas relações de produção-distribuição-consumo (DAROLT et al, 2016, 18).

No âmbito do “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar” desenvolvido pela UFRRJ, a comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar em circuitos curtos, tem por objetivo o acesso dos agricultores familiares ao mercado sem a presença de intermediários, sendo privilegiada nessa tipologia e a venda direta produtor-consumidor.

Há diversas formas de efetivar o funcionamento dos circuitos curtos que podem ser, por exemplo: as feiras, a aquisição de alimentos pelas instituições, os grupos de compras diretas do produtor, entre outras. O Programa citado operacionaliza dois canais de venda direta, os quais estão descritos abaixo.



### **a) A Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ (FAF)**

No Campus Seropédica da UFRRJ, participam cerca de 30 feirantes, sendo que mais de 90% são também agricultores e agricultoras residentes nos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Itaguaí, Paracambi e Rio de Janeiro. A maior parte dos feirantes conta com a ajuda de familiares e cônjuges na produção e na comercialização. Na FAF, 87,5% dos feirantes possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é o documento de identificação da agricultura familiar no Brasil (Lei n.º 11.326/ 2006). Esse é um documento indispensável para que agricultores consigam acessar políticas públicas para o fortalecimento desse segmento no País.

A articulação entre a UFRRJ e o Emater-Rio possibilitou, pelo menos a quatro feirantes, o acesso a esse documento. A maioria dos feirantes é vinculada ao “Sistema Participativo da Qualidade Orgânica” (SPG-ABIO), ou está em fase de transição para a agroecologia. A integração entre os agricultores na FAF facilitou o processo de certificação e transição agroecológica de, pelo menos, oito feirantes.

Como exemplo de análise, utilizou-se o faturamento bruto da “Feira de Agricultura Familiar” na UFRRJ (FAF) no período de 12 dos anos de 2016 e 2017, R\$ 196.249,06. Nos meses de setembro a novembro de 2016, nos quais ocorreram duas feiras mensais, o faturamento médio foi de R\$ 7.911,10. A partir do mês de fevereiro de 2017, a FAF passou a ser semanal e o faturamento médio dos meses de abril a outubro foi de R\$ 21.502,91, registrando um aumento de 171% em comparação à média do período de setembro a novembro do ano anterior.

O mês com maior faturamento bruto foi maio e agosto, ambos com cinco semanas. Esse resultado mostrou que o aumento da frequência da feira de duas para quatro ou cinco vezes por mês, impactou positivamente o faturamento bruto. Além disto, foi acertada a decisão dos feirantes, estimulados pelos fregueses, de manter a frequência semanal da FAF. Mais de 50% dos feirantes alcançam um faturamento de até três salários mínimos e consideram a FAF como um canal que contribui expressivamente para a remuneração da família (SANTOS, 2018).

De um total de 234 itens ofertados na FAF-Rural, mais de 70% dos produtos são fornecidos frescos ou *in natura*, privilegiando a comercialização exclusiva de produtos vegetais. O maior volume de produtos correspondeu a: frutas (banana, caqui, coco, limão e abacate, etc.), hortaliças folhosas (alface, couve, rúcula) incluindo as plantas alimentícias não convencionais (PANC) (chaia, bortalha e peixinho), hortaliças fruto (quiabo, pimenta, tomate cereja, berinjela, abóbora), raízes e tubérculos (aipim, batata doce, cenoura, inhame, beterraba) hastes e brotos. Destaca-se ainda a oferta de plantas medicinais e aromáticas, comercializadas em molhos, e as mudas de plantas ornamentais, hortaliças, medicinais e frutíferas. Outra parte corresponde a alimentos orgânicos processados (SANTOS, 2018).



Fernanda Medeiros (produtora orgânica) e Anelise Dias (cliente e professora da UFRRJ) – Feira da Agricultura Familiar – UFRRJ. Acervo da Feira (2018).

#### **b) O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

Tem destaque as compras institucionais, que são caracterizadas como venda direta e, nesse caso, a sociedade é representada pelo Estado que atua como consumidor coletivo, possui destaque o “Programa de Aquisição de Alimentos” (PAA) (Lei nº 10.696/ 2003; Lei nº 12.512/ 2011; Decreto nº 7.775/ 2012).

As finalidades do PAA são incentivar a agricultura familiar e fortalecer os circuitos locais; estimular o cooperativismo e o associativismo; incentivar hábitos alimentares saudáveis, para além de valorizar a produção orgânica e agroecológica de alimentos. Além dos agricultores familiares, são beneficiários os fornecedores assentados da reforma agrária, os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e os quilombolas.

Por meio da modalidade “Compra Institucional”, estados, municípios e órgãos federais devem gastar pelo menos 30% dos recursos orçamentários para aquisição de alimentos, de produtos da agricultura familiar (Decreto n.º 8.473/2015).

No ano de 2016, a aquisição de gêneros alimentícios (banana, aipim e abóbora) produzidos por três agricultores familiares foi destinada ao Restaurante Universitário do campus Seropédica. Precedeu-se com uma chamada pública, pioneira entre as universidades do estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, os alimentos foram direcionados também para os Restaurantes Universitários do campus Nova Iguaçu. Estes restaurantes servem em média 5.500 refeições diárias aos discentes durante o período letivo. Uma parte dessa demanda é atendida pelos alimentos adquiridos na agricultura familiar pela UFRRJ, com ênfase para os orgânicos, beneficiando a

segurança da comercialização um número maior de agricultores. Além disto facilita o acesso à alimentação saudável aos estudantes universitários.

Vale ressaltar que esses canais (a FAF e o PAA) impactam positivamente a economia local, com o pagamento de preços mais justos, a criação de oportunidades de trabalho e renda e a aproximação de produtores e consumidores. No decorrer dos anos de 2016, 2017 e 2018, as experiências dos circuitos curtos implementados geraram:

- Diminuição de custos e distâncias entre produção e consumo;
- Vínculos relacionais de afinidade entre produtores e consumidores;
- Favorecimento no acesso dos consumidores aos produtos locais;
- Mecanismos para a territorialização da alimentação;
- Aprofundamento dos princípios de troca e relações mais justas entre produtores e consumidores.

### 3.3 Metodologias participativas e relações dialógicas



Oficina de doação e troca de sementes e mudas na Feira da Agricultura Familiar - UFRRJ. Acervo da Feira (2018).

As ações do programa possuem a característica de serem desenvolvidas dentro da proposta das metodologias participativas: oficinas, reuniões e assembleias, onde as decisões são tomadas a partir das ideias e experiências do coletivo.

Ressalta-se o valor da participação individual como princípio norteador dos trabalhos em grupo. Foram desenvolvidos eventos e cursos com a finalidade de aprofundar as experiências em agroecologia a partir dos saberes produzidos pelos(as) agricultores(as) locais. Destacam-se entre os cursos, as seguintes temáticas:

- criação de pequenos animais em sistema orgânico;
- sistemas agroflorestais;
- produção e utilização de plantas alimentícias não convencionais;
- controle biológico;
- horticultura orgânica;
- rotulagem de produtos processados;
- fruticultura orgânica;
- processamento de produtos da agricultura.

### **3.4 Educação para o consumo consciente**

Do trabalho coletivo dos educadores feirantes, conjugado com outros profissionais da pesquisa e a assistência técnica, nasce a necessidade de perceber o meio universitário dentro de uma realidade agrária e social em que cada sujeito interage, aprende e desenvolve o seu repertório de conhecimentos relacionados desde o cultivo de produtos saudáveis ao consumo consciente. O saber social de todos os sujeitos integrados nas experiências do trabalho coletivo gera segurança, porque está presente junto aos outros. O desenvolvimento destas dimensões coletivo-reflexivas, dentro de uma lógica planejada, são as aliadas na busca pelo aperfeiçoamento humano e educacional. Pois:

“cada vez mais o consumidor consciente busca nos mercados locais produtos ecológicos, de época e com preços justos, mas também quer adquirir produtos com a cara do produtor, em que sejam ressaltadas as características locais das comunidades, como as tradições, o modo de vida, a valorização do saber-fazer, o cuidado com a paisagem, etc. Esse conjunto de características singulares pode ser a marca local que os consumidores procuram. Não se trata apenas de um ganho em escala (quantidade), mas em qualidade. Isso cria novas relações sociais e novos valores, promovendo o resgate da autonomia dos agricultores”. (DALROT, 2013, 13).

Neste sentido, a FAF consiste também de um espaço educativo por apoiar, desenvolver e integrar ações educativas em favor do consumo consciente. Destacam-se atividades como as campanhas de esclarecimento sobre o produto orgânico, a agricultura familiar, a sustentabilidade, a economia solidária e o comércio justo. Também foram desenvolvidas oficinas abordando os seguintes temas: princípios da economia solidária; alimentação viva; produção de probióticos artesanais e de produtos minimamente processados, etc.



Oficina de Alimentação Viva – realizada por Edilene Santos Portilho e Priscilla Menezes, na Feira da Agricultura Familiar – UFRRJ. Acervo da Feira (2018).

#### 4. Pela inclusão da agricultura familiar

A história da população camponesa no estado do Rio de Janeiro, em especial a Baixada Fluminense, caracteriza-se por resistências ao longo do tempo. Vale dizer que sua definição identitária pode ser assim resumida:

“Identidades de resistência: criadas por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistências e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições das sociedades, ou mesmo opostos a estes últimos...” (CASTELLS, 2003, 4-5).

Esse tipo de identidade, na perspectiva de CASTELLS (1999, 25) “dá origem a formas de resistência coletiva em face de uma opressão que de outra forma não seria suportável”. Levando em conta que a região em estudo é marcada pela violência, a exclusão social, a pobreza e a insegurança alimentar, faz-se necessário reforçar que a agricultura familiar ainda é um construto que permite a inclusão, que busca superar o racismo e o desamparo social que oprime a maior parte da população das localidades observadas neste estudo.

Mesmo que venha ocorrendo uma crise universitária relativa à incapacidade de criar relações de divulgação e utilização do conhecimento técnico-científico pautado na sustentabilidade social e ambiental (SANTOS, 2004), entende-se que é necessária uma reforma democrática e emancipatória e interna da Universidade, para que se possa estreitar as relações entre instituições de ensino, pesquisa e extensão focalizando agricultores e consumidores locais.

Ressalta-se que as demandas sociais na Baixada são amplas e complexas, exigindo um olhar investigativo amplo por parte da universidade pública no sentido de enfatizar o comprometimento desta instituição para com a geração de conhecimento presente na dinâmica social, na qual a agricultura familiar é um pilar importante a ser ressignificado e valorizado.

A agricultura familiar na Baixada Fluminense, além de ter relevante valor económico para o país, corresponde a uma histórica que também é coletiva e comunitária. A utilização ecológica dos recursos que hoje estão em vias de degradação pelas práticas da mineração, por exemplo, somente é possível por meio da existência de uma agricultura de base ecológica. Vale ressaltar que as disputas devem ser compreendidas, ao mesmo tempo que a região deve receber amplos investimentos no setor da agricultura familiar para mudar o cenário atual.

Para isto, é necessário mobilizar esforços públicos, individuais, coletivos e comunitários, com a missão de integrar conteúdos diferenciados de natureza epistémica, cultural e artística, que permitirá o desenvolvimento de diálogos de saberes entre instituições e grupos locais.

## 5. Conclusão

Em um processo de permanentes transformações sociais, económicas e culturais, a agricultura familiar elaborou-se como identidade da grande região da Baixada Fluminense (RJ), possuindo a característica principal a resistência das populações do campo, das suas práticas agrárias, mesmo em situação de êxodo e de “desestruturação” do rural. A busca pela atualização da identidade campesina regional faz-se em conjunto com a restauração da identidade da Universidade, enquanto instituição pública e comprometida com a sociedade. Esta tem o papel de atuar juntamente com docentes, pesquisadores e extensionistas, e também com estudantes dos diversos níveis de escolaridade, em função do reconhecimento da agricultura familiar sustentável e das suas transformações ao longo do tempo.

Vale realçar o conjunto de pessoas profissional e humanamente comprometidas com o processo de produção de conhecimento, que instrumentalizam metodologias participativas em favor de inclusão social, da sustentabilidade como o horizonte maior, da geração de oportunidades e alternativas.

A identidade, portanto, de agricultores e das agricultoras familiares da Baixada Fluminense, está integrada no seu papel social, na sua importância política pautada na sua história de resistência, que se renova nos dias de hoje orientados pela agroecologia e pelo comércio justo. Neste sentido, as políticas voltadas para a segurança alimentar e a assistência estudantil entrecruzam-se como pontes de apoio para a educação para a produção e o consumo consciente.

Considerando sua incipiente realização, o “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, comparado com a história agrícola da Baixada Fluminense, permite afirmar está sendo construído formas de superação da invisibilidade, da falta de apoio aos agricultores e agricultoras. Para que se estabeleça um permanente acompanhamento, é necessária a restauração das relações

entre estes diferentes setores da sociedade: a universidade e a sociedade (produtores e consumidores).

Constatou-se, no decorrer deste processo, que a inclusão social das famílias agricultoras, (mesmo neste curto prazo de pouco mais de dois anos), é a consequência das ações de assistência técnica e de extensão rural que geram: processos educativos para a produção orgânica e agroecológica, o acompanhamento produtivo das propriedades e o funcionamento dos circuitos curtos de comercialização, mas quando estas ações são integradas e permanentemente avaliadas por um corpo multi e transdisciplinar e apoiada pela sociedade em geral.

## 6. Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Proc. 402830/2017-2 e 443243/2016-6). À UFRRJ pelo apoio ao Programa de Extensão “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado do Rio de Janeiro” (Proc. 23083.003461/2015).

## 7. Referências Bibliográficas

- ALVES, J. C. S. (2003). *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO.
- BRASIL a. Lei 10.696 de 2 de julho de 2003. Diário oficial da União, Brasília-DF, 3 de julho, 2003.
- BRASIL b. Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2003.
- BRASIL Lei 10.326, de 24 de julho de 2006. oficial da União, Brasília-DF. 27 de julho de 2006.
- BRASIL. Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011. Diário oficial da União, Brasília-DF, 17 de outubro, 2011.
- BRASIL. Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012. Diário oficial da União, Brasília-DF, 5 de julho, 2012.
- BRASIL. Decreto 8.473, de 22 de junho de 2015. Diário Oficial da União de 23 de junho de 2015.
- CASTELLS, M. (1999). *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, M. (2003). *O poder da identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DAROLT, M. R. et al. (2013). A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, 10(2), 8-13.
- DAROLT, M. R. et al. (2016). Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade* 19(2), 1-22.
- GEIGER, P. P.; SANTOS, R. L. (1954). Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, 21(3), 291-313.
- JACQUES, M. J. C. et al (1998). *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MENEZES, H. R. G.(1991). Reforma Agrária e identidade social na Baixada Fluminense: uma nova correlação rural-urbana. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

- RIOS, S. O.; COSTA, J. M. A.; MENDES, V. L. P. S. (2016) A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. *Discursos fotográficos*, 12(20), 98-120.
- SANTOS, B. S. (2004). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, L. R. P. (2018). Residência agrônômica com enfoque agroecológico: o caso dos canais de venda direta na UFRRJ. 2018. 152p. Dissertação de Mestrado. Seropédica-RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SILVA, H. D. S. (2012). Uma semente no campo do Vargas: A questão agrária e social da colônia agrícola de Santa Cruz (1930-1945). *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*, 13p.
- SOUSA, F. M. N (2005). Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In BRASIL. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.